

Vivências e Sobrevivência de Operárias e Operários da Companhia Nova América no
Âmbito das Assimetrias de Gênero e Classe Social na Era Vargas (1930 –1954)

Ana Lúcia Vieira*

Resumo:

Trata-se do resultado de nossa análise do cotidiano de operários em uma indústria têxtil do Rio de Janeiro, onde medidas reguladoras do trabalho reafirmavam modelos de masculinidade/feminilidade: a força produtiva do homem, levado à exaustão em nome da virilidade, somada ao potencial de reprodução biológica e social da mulher. Identificamos uma convivência permeada de tensão e ambigüidades nos relatos, memória de situações onde se mostram presentes, tanto as mudanças, quanto às permanências dos atributos vinculados aos conceitos de feminilidade e masculinidade tidos como modelos herdados. Ademais, constatamos, que os trabalhadores, no cotidiano, de maneira sutil, desenvolveram formas de resistências através das apropriações, negociações e inversões das normas impostas.

Palavras-chave: política trabalhista – relações de gênero - resistências

Abstract:

This is about the result of our analysis of the daily of the factory workers in a textile industry on the Rio de Janeiro where measured regulating of the they reaffirmed masculinidade/feminilidade models: the productive force of the man, taken to the exhaustion on behalf of the virility, added to the potential of biological and social reproduction of the woman. We identify quotidian of tension and ambiguities in the stories, memory of the situation where if they show as such the changes, how much to the permanences of the entailed attributes to the concepts of feminilidade and masculinidade had as inherited models. Besides, we evidence, that the workers, in the daily one, in subtle way, had developed forms of resistências through the appropriations, negotiations and inversions of the imposed norms.

Key-words: labor politics - relationships of gender - resistances

Inúmeras pesquisas sobre a inserção da mulher no processo de industrialização têxtil no Brasil, do final do séc. XIX às primeiras décadas do séc. XX, identificaram discursos e práticas fomentadoras da divisão sexual do trabalho privilegiando o potencial de produção masculino sobre o feminino. Divisão sexual entendido como o modo pelo qual homens e mulheres, em função do

* Doutoranda no programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

2

respectivo sexo, são direcionados a diferentes atividades, com retorno material diferenciado e conseqüentemente detentores de níveis de poder desproporcional, em detrimento da posição social da mulher em sociedade. Esses trabalhos constataram a desigualdade no retorno que a mão-de-obra feminina recebe (tanto no campo material, quanto simbólico de valoração), como também, o caráter desestabilizador dessas situações na organização das relações familiares.

Apesar dos cerceamentos sociais tanto no nível público quanto privado, da desqualificação da mulher no campo profissional, do ônus da dupla jornada, do alto índice de analfabetismo, grupos de mulheres daquele período participaram ativamente em organizações denunciando a exploração no trabalho e defendendo uma radical libertação da mulher. Além do movimento sufragista e das manifestações anarquistas, a imprensa feminista fazia circular panfletos e artigos em pequenos jornais que debatiam temas como o direito da mulher de participação nas questões políticas, dupla jornada de trabalho, até temas como divórcio e educação sexual (PINTO, 2003, p. 13-39).

A mudança política verificada a partir de 1930 com um governo centralizador empenhado em regular as relações sociais em todos os níveis, seja no espaço público quanto no privado, arrefeceram algumas dessas bandeiras levantadas por mulheres nos diferentes espaços e posições sociais. Época que se retoma de forma incisiva a representação simbólica da “mulher ideal” dedicada a atividade do lar, limitada às funções de esposa e mãe.

Neste trabalho, nos propomos a compartilhar parte do resultado da nossa pesquisa de dissertação de mestrado acerca das normas e regulamentações em relação ao lugar social da mulher e do homem no campo da produção e reprodução na política trabalhista engendrada pelo e no governo de Getúlio Vargas. Percebemos a necessidade de uma profunda averiguação do processo de construção, legitimação e aplicação dos significados e usos atribuídos às diferenças biológicas e corporificadas. O feminino e o masculino não são identidades objetivas, mas, sim, modelos constituídos de forma relacional, em um contexto sociocultural específico, com suas delimitações históricas e espaciais, relações de poder, símbolos, representações, saberes institucionalizados. (SCOTT, 1999, p.64)

Este foi o ponto de partida para uma investigação da experiência cotidiana de um grupo de operários de uma indústria têxtil no período varguista, confrontando as demandas do trabalho assalariado com as atividades do lar na vila operária numa articulação de gênero e classe social. Percebemos que os estereótipos da mulher “rainha do lar” e do homem como “provedor e trabalhador incansável” serviram como dispositivos de opressão tanto para a mulher, quanto para o homem. Ou seja, o papel social da mulher e/ou do homem não diziam respeito àquilo que

3

desempenhavam, seja no espaço privado, ou público, mas sim aos “significados” que eram atribuídos a essas atividades.

O governo varguista caracterizou-se por massivos discursos apontando a **colaboração** entre as classes como o pilar do desenvolvimento nacional. Para tanto, recorre-se, no período, a elaboração de um pacto entre patrões e trabalhadores sendo o Estado o elemento articulador desta relação. Vários estudos denunciam o caráter demagógico e opressor tanto dos discursos quanto das ações políticas direcionadas ao trabalhador assalariado. Dissimulava-se na elaboração da legislação trabalhista e institucionalização dos sindicatos corporativista toda uma rede de controle e exploração do operariado. Nossa preocupação somada as essas questões dizia respeito ao tratamento dado pelo Estado e incorporado pelo empresariado às relações de gênero como instrumento de alargamento e aprofundamento da exploração da mão de obra.

Boletins produzidos no interior de uma fábrica têxtil – Companhia Nova América - preservados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, deu-nos a oportunidade de averiguar a implementação do pacto político-empresarial de Vargas no âmbito das relações cotidianas do ir e vir da fábrica ao lar de um grupo de operários. Os 66 boletins disponíveis abrangendo o período de 1944 a 1953, embora se apresentassem como periódico do operariado, eram de fato veículos de divulgação das normas e orientações de atividades e relacionamentos, tanto no ambiente de trabalho na fábrica, quanto na moradia na vila operária. Nesses Boletins encontramos entrevistas, relatos, imagens do cotidiano desses trabalhadores que procuramos, então, confrontar com depoimentos de seis trabalhadores, três homens e três mulheres, ocupantes de diferentes cargos, outrora operários da Companhia Nova América, em momentos alternados entre 1930-1954. Esses trabalhadores (as) ainda residem na antiga vila operária - atualmente bairro de Inhaúma - construída pela fábrica de tecidos.

A Fábrica Domingos Bebianno – Companhia Nacional de Tecidos Nova América, em estilo inglês, típica das indústrias do início do século foi inaugurada em 1924. Seus fundadores foram Domingos Bebianno e Mark Sutton, antigos sócios da América Fabril. Eles adquiriram um vasto terreno ao longo da Avenida Automóvel Clube, que era a Rio- Petrópolis da época, atualmente no bairro Del Castilho. Primeiramente, foram instaladas uma serraria e uma olaria que serviram de base para a construção da unidade fabril. A maquinaria e tecnologia foram importadas da Inglaterra e a maior parte dos funcionários desse período era procedente de outra indústria de tecidos, a América Fabril. A fábrica de tecidos ali instalada tornou-se não somente a maior fonte de emprego do bairro como, também, o eixo comunitário a partir de onde surgiu uma vila operária, escola,

4

ambulatório, posto policial, áreas de lazer, etc. Por volta de 1945, a fábrica tinha em torno de três mil funcionários.

A Companhia Nova América dá início, desde os primeiros anos de sua existência, a efetivação de uma política assistencialista voltada para o atendimento das demandas dos trabalhadores nas suas necessidades básicas de sobrevivência junto de sua família: moradia, saúde, educação e lazer. A ineficácia do Estado em responder as demandas mínimas para a sobrevivência dos trabalhadores não apenas possibilitava, mas no seio do discurso colaboracionista apelava para a inserção do empresariado na busca de solução para as questões sociais. Essa aliança levada a termo por algumas indústrias têxteis do período possibilitou por em funcionamento uma série de mecanismos de controle e exploração dos trabalhadores.

O cotidiano da vila operária – com o emblemático nome de Cidade Jardim Nova América – descrito tanto nos boletins quando pelos operários em seus relatos, permitiu-nos avaliar o nível de ingerência dos patrões na esfera do privado, da organização familiar de seus empregados. Além disso, constatamos a eficiência demonstrada por esse grupo empresarial na aplicação, em benefício do capital, de dispositivos reafirmadores dos modelos de feminilidade e masculinidade vigentes neste período. Para isso contavam com a legitimação desses discursos em nível estatal, ou seja, práticas opressivas nutridas por saberes constituídos na arbitrariedade, usos e significados construídos socialmente e de forma hierárquica sobre as relações entre os sexos. Os periódicos produzidos pelo governo varguista, como a Revista Cultura Política e outros, reafirmavam a segmentação dos espaços e funções sociais a homens e mulheres. Esperava-se que introjetado esses saberes, normas, orientações na vivência desses modelos estereotipados, se alcançaria o êxito esperado na construção de uma sociedade sem conflito de gênero e classe, com lares harmoniosos, geradores de uma força de trabalho saudável e produtiva.

A regulamentação do trabalho feminino, tendo como justificativa o discurso de proteção da mulher tornava pouco atraente a contratação de mão de obra feminina, excetuando-se períodos de grande demanda de produção. Além disso, a legislação não contemplava as ocupações domésticas onde a mulher desenvolve atividades tão ou mais cansativas e perigosas cotidianamente, sem receber qualquer forma de remuneração segundo os critérios do sistema capitalista de valoração: salário, férias, indenização em caso de acidentes de trabalho, etc. Na implantação de uma política social, de regulamentação de leis trabalhistas, não se demonstrou preocupação com a qualificação ocupacional ou mesmo com a articulação entre o mercado de trabalho e os papéis familiares desempenhado pelas mulheres. Uma atividade não paga, sem valor de troca no contexto de uma

sociedade organizada a partir do trabalho assalariado reproduz e exacerba as práticas de dominação-subordinação entre os sexos.

Em relação à operária mulher, a Companhia Nova América buscou meios de potencializar essa produtividade tanto no ambiente da fábrica, quanto no lar. A ambigüidade aplicada no tratamento em relação às operárias da Fábrica é explícita nos Boletins e nas ações da empresa junto aos trabalhadores. Se por um lado ela é operária da fábrica, por outro, é também a esposa e/ou mãe de operários. E por isso se investe, por meio de orientações, críticas, admoestações nos Boletins, e através da fiscalização contínua das práticas cotidianas por funcionárias denominadas visitadoras sociais, em um desempenho no nível de “excelência” nas funções de esposa e mãe residente na “Cidade Jardim Nova América”. Mulheres que apesar de desenvolverem suas atividades no contexto de uma legislação regulamentada, sancionadas institucionalmente, são contraditoriamente percebidas nos discursos e saberes científicos do período como “naturalmente” destinadas aos afazeres domésticos, portanto, de certa forma infratoras de uma vocação “natural”. Dessa forma, a operária mulher ficou sujeita a superposição de tarefas, funções, expectativas a partir de um modelo de feminilidade da época.

Entretanto, se em relação à mulher, a presença no trabalho assalariado é simbolicamente intermediada, atravessada pela ênfase da fragilidade física, ao homem cabe incorporar os valores da ordem capitalista, a obsessão pela produtividade como sinônimo de virilidade, ainda que em detrimento de sua saúde tanto física quanto emocional. No âmbito das relações domésticas silencia sobre a paternidade masculina, sua importância no estreitamento dos laços familiares. No trabalhador homem a dimensão afetiva é restringida ao cumprimento da função de provedor e nos poucos momentos em casa, disciplinador das relações familiares. O lado provedor manda, detém um maior nível de poder, mas desse lugar e modo de atuação na sociedade infere-se que a masculinidade é dependente e se legitima no exercício dessa missão. Fazer dos corpos máquinas insensíveis que possam ser controladas; treinados que são, desde pequenos, muito mais que as mulheres, para se identificar com a ética do trabalho capitalista. Homens muitas vezes pressionados a corresponder a critérios estabelecidos socialmente a respeito da masculinidade, em prejuízo de experiências próprias, singulares, destoantes do modelo vigente como dominante. E para tanto, se necessário, submete-se a situações de assujeitamento, pois não corresponder ao padrão de masculinidade dominante significa levar a insígnia da incapacidade, da fraqueza, da emasculação.

Na efetivação no campo simbólico, utilizou-se de uma linguagem que remetia a idéia de uma grande família irmanada em objetivos comuns. A menção à expressão “Família Nova América” aparece por diversas vezes nos Boletins, ora por parte dos diretores, ora em relatos,

6

expressões dos operários e operárias, inclusive a referência a uma festa anual com esse nome. A recorrência à imagem de uma grande família já era utilizada pelo Estado onde o povo constituía a família cuidada pelo Presidente como o “Pai dos pobres” expressado na relação de tutela e os laços corporativos entre o Estado e a classe trabalhadora. No cotidiano dos trabalhadores Companhia Nova América, os homens operários são admoestados, repreendidos como “filhos”, partes da grande “Família Nova América” cujo chefe de família e pai provedor é personificado na figura do patrão numa demonstração da relatividade da “masculinidade hegemônica”, ou seja, uma opressão intra-gênero, hierarquizações dentro de um mesmo sexo.

A concepção de uma família idealizada segundo os moldes de uma sociedade onde prevalecem os valores e moral burguesa remete a busca da unidade, harmonia de interesses, cooperação, acentuação dos deveres, e nesse contexto, muitas vezes a necessidade de sujeição dos direitos individuais ou mesmo de um grupo identificado por outros critérios. Nesse aspecto, os conflitos entre capital-trabalho, interesses e metas da classe empresarial em relação aos dos trabalhadores são invisibilizados, silenciados. Um dos Boletins registra a presença com texto e imagem de três gerações na fábrica como a confirmação do clima agradável desfrutado por todos, do bom relacionamento entre patrões e empregados. Um discurso que omite a falta de oportunidades em outros lugares, da dependência do trabalhador da prática assistencialista da fábrica resultado de baixos salários e ineficiência de políticas públicas.

Constatamos, porém, que mesmo dentro desse contexto desfavorável, de ingerência no cotidiano, tanto na fábrica quanto na vila operária, esses trabalhadores não foram agentes passivos, apropriaram-se e inverteram em benefício próprio os mecanismos disponibilizados de controle e otimização da produção. Na difícil missão empreendida cotidianamente por esses trabalhadores de assegurar o mínimo para a sobrevivência aproveitaram brechas aqui e ali para subverter as normas estabelecidas. Na medida em que inseriam familiares na fábrica, burlando normas quanto à ocupação das casas da vila operária, se fortaleciam enquanto um grupo pressionando por melhores condições de trabalho. Operárias mulheres que a despeito das delimitações quanto a cargos e funções na fábrica, são, em função da qualidade do trabalho exercido, homenageadas ao lado de operários homens em celebrações públicas, e em suas falas, orgulhosas das conquistas no âmbito do trabalho assalariado e em seus relacionamentos familiares, negociando e alterando condutas tidas como normativas no lar, companheirismo na divisão das atividades domésticas. A necessidade de juntar forças na busca da sobrevivência coletiva possibilitava que “concessões” fossem feitas, o espaço da família apresenta-se, então, como um local de solidariedade, afetividade. Em comum,

permeando essas relações, fortes sentimentos e disposição para vencer os desafios na articulação do espaço público e privado objetivando o bem-estar da família.

Os relatos nos boletins, imagens, depoimentos, tanto revelaram a incorporação, por parte desses trabalhadores, dos valores sobre o trabalho no período estudado, quanto às vicissitudes provenientes da vivência dessas concepções no cotidiano, na convivência com práticas de controle e vigilância que adentravam a privacidade desses trabalhadores. Um exercício de lidar, nas entrevistas concedidas, na rememoração dessas situações, com ressentimentos e frustrações referentes ao tempo de vida dedicado à fábrica. Na tentativa de atenuar mágoas procuraram em vários momentos da entrevista assegurar nessa memória um espaço de valorização de sua própria história de vida, reafirmar suas conquistas cotidianas, habilidade em aproveitar as poucas oportunidades em meio às carências em todo nível, de conquistarem para si e seus familiares uma melhor condição de vida, provimento do mínimo para uma existência digna.

Se as mulheres foram e são as principais vítimas, não foram e são as únicas nas relações assimétricas de gênero e classe social. Encontramos sutis formas de hierarquização entre os homens, vivência cotidiana de situações em que eram oprimidos, explorados, colocados à margem da masculinidade hegemônica e incluídos no grupo dos subalternos. Ou seja, cada pessoa, independente do sexo, em condições específicas, pode vivenciar tanto a condição de vítima, quanto a de opressora. E muitas vezes, na condição de opressor, de incorporação de elementos caracterizadores dos fortes, imbatíveis e dominadores, não colocam limites a si mesmos, e se tornam reféns de uma imagem, papel social a ser conservado e da qual dependem, ainda que isso possa gerar relacionamentos doentios e inafetivos.

Nesse aspecto, os estudos de gênero inserem-se como proposta que permite esse olhar flexível, relacional e atento às particularidades de cada situação. E finalmente, ainda que reconhecendo diversidades nas formas como tipos de masculinidades, correspondendo a diferenciadas formas de hierarquização se manifestam na sociedade, não podemos deixar de registrar a constatação de uma permanente predominância de um discurso e prática de dominação masculina. Isso é possível de se verificar no alto índice de violência contra mulheres, diferença de remuneração no desempenho de cargos iguais, na imposição e submissão das mulheres a padrões estéticos e etc. Acreditamos e almejamos uma sociedade mais tolerante, solidária, em que fronteiras sejam diluídas e novos itinerários possam ser percorridos na busca de uma convivência mais igualitária entre as pessoas no bojo das diversidades e multiplicidade das experiências e modos de ser.

Referências Bibliográficas:

- AMADO, Janaína ; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BASTOS, Ana Marta Rodrigues ; WEID, Elizabeth Von Der. *O Fio da Meada*. Rio de Janeiro: Fundação Rui Barbosa, 1992.
- BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Global, 1985.
- DECCA, Edgar De. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guizzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo*. (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Burguesia e Trabalho. Política e legislação social no Brasil . 1912 – 1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Por uma história de mulher*. São Paulo: EDUSC, 1998.
- _____. *Trama e Poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café*. 4ªed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1995.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PINTO. Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- SCOTT, Joan. *Gender and Politics of History*. Nova York: Colúmbia University Presse, 1999.
- WELZER-LANG, Daniel. Os Homens e o Masculino numa Perspectiva de Relações Sociais de Sexo. In. SCHPUN, Mônica (org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; anta Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

Fontes:

- Boletim Associação Atlética Nova América*. Editorial. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, nov. 1944.
- Boletim Associação Atlética Nova América*. Página Feminina. A Colaboração lhe bate à porta. Rio de Janeiro, ano 8, n.80, jun. 1951.
- Boletim Associação Atlética Nova América*. Rio de Janeiro, ano 2, n.4, fev. 1945.
- Boletim Associação Atlética Nova América*. Um dia em Cidade Jardim Nova América. Rio de Janeiro, ano 6, n.66, abril, 1950.
- Boletim Nova América* Rio de Janeiro, ano 2, n.12, 1945.
- Associação Atlética Nova América*. Revista de Divulgação Bimestral. Rio de Janeiro, n.39, jul.-ago. 1972.

